



ESTADO DA PARAIBA  
Câmara Municipal de Campina Grande  
(Casa de Félix Araújo)

PROJETO de Lei nº 139/2005

Em 01 de setembro de 192005

Autor Fernando Carvalho

Tip. Lins Ltda. - Telefax: 331-4060

**EMENTA:** Proíbe a venda e o uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas escolas da rede Municipal de Ensino e conveniadas, bem como nas suas proximidades e dá outras providências

DISTRIBUIÇÃO

A Comissão Justiça e Redação

para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal 13 de 09 de 2005

*Fernando Carvalho* Presidente

*João Neto* Secretário

Aprovado em sessão de 15 de 12

de 192005 em 1ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

*Fernando Carvalho* Presidente

*João Neto* Secretário

Aprovado em sessão de 15 de 12

de 192005 2ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

*Fernando Carvalho* Presidente

*João Neto* Secretário

REDAÇÃO FINAL

Aprovado em sessão de de

de 19

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 139/2005  
AUTORIA: VEREADOR FERNANDO CARVALHO

PARECER  
RELATÓRIO.

Temos parecer técnico nesta Comissão de Justiça o projeto de lei nº 139/2005, de autoria do edil FERNANDO CARVALHO que dispõe sobre a proibição de venda e uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas escolas da rede municipal de ensino e conveniadas, bem como nas suas proximidades e dá outras providências, para que seja aferida sua constitucionalidade.

É o relatório.

A matéria objeto de que há de se estabelecer disciplina de órgão público, parcialmente enfrenta inconsistência jurídica. A de que não é possível vedar comércio de bebidas nas adjacências das escolas municipais; fato típico na LEGISLAÇÃO PENAL, no ECA, notadamente.

Cabe sim diligência ao MINISTÉRIO PÚBLICO (CURADOR DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA), para instauração de procedimento legal contra transgressores da LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA – ECA -, é direito material, alheia à competência do poder público do Município.

Afora a situação acima indicada a proposta é constitucional, podendo tramitar e ser aprovada sem qualquer obstáculo.

S.S. das Comissões Permanentes “Dep. Petrônio Figueiredo” em 10 de novembro de 2005.



Presidente

Relator

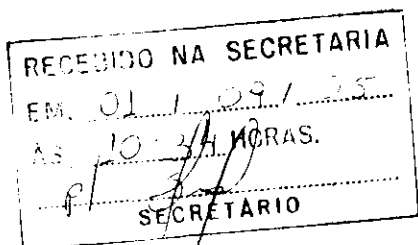


Membro



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

PROJETO DE LEI Nº 139, EM 30 DE AGOSTO DE 2005.



**PROÍBE A VENDA E O USO DE  
CIGARROS E BEBIDAS  
ALCOÓLICAS NAS ESCOLAS DA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO E  
CONVENIADAS, BEM COMO NAS  
SUAS PROXIMIDADES E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Fica proibida a venda de cigarros, bebidas alcoólicas e demais substâncias que causem dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes, nas dependências das escolas da rede municipal de ensino ou das conveniadas, bem como nos estabelecimentos comerciais nas proximidades e no interior das unidades de ensino.

**Parágrafo Único** - As proximidades a que se refere o "Caput" deste Artigo equivalem a toda extensão da calçada do estabelecimento de ensino.

**Art. 2º** - Os professores, bem como toda pessoa que desenvolver trabalho junto aos alunos, ficam proibidos de fumar em sala de aula.

**Art. 3º** - Ficam os estabelecimentos de ensino obrigados a fixarem no seu interior uma placa com identificação legível da razão social, nome fantasia e com os dizeres informando que é expressamente proibida a comercialização, consumo e fornecimento, ainda que gratuitamente, de bebidas alcoólicas, cigarros e substâncias que causem dependência física e psíquica e por crianças e adolescentes.

**Parágrafo Único** - A proibição para venda de cigarros, bebidas alcoólicas e demais substâncias que causem dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes, nas dependências das escolas e nas suas proximidades, deve ser observada em qualquer evento, independente de quem o promova.

**Art. 4º** - A fiscalização do cumprimento desta Lei fica a cargo de técnicos da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município, bem como o valor da multa a ser aplicada no caso de descumprimento da presente Lei.

**§ 1º** - No auto de infração deverá constar a qualificação completa do infrator ou responsável, a data e o tipo de infração praticada.

**§ 2º** - Os autos de infração deverão ser encaminhados ao Ministério Público, por intermédio da Promotoria Geral do Município, para providências cabíveis.

**Art. 5º** - Os valores recolhidos com as multas provenientes das infrações serão destinados ao Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

*Handwritten signature/initials.*



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 30 de agosto de 2005.

  
**FERNANDO CARVALHO**  
Vereador - PFL



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR FERNANDO CARVALHO**

**JUSTIFICATIVA:**

Senhores Vereadores,  
Senhora Vereadora,

A partir de agora, escolas da rede municipal de ensino e conveniadas, bem como estabelecimentos comerciais instalados nas proximidades ou no interior de unidades educacionais, estão proibidos de comercializar e fornecer bebidas alcoólicas, cigarros e demais substâncias que causem dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes.

Lei neste sentido foi aprovada pela Câmara Municipal de Natal e sancionada pelo Prefeito Municipal. A proibição também se estende as atividades festivas promovidas pelas escolas, dentro do calendário anual, com penalidades para direção do estabelecimento de ensino em caso de transgressão a Lei.

A fiscalização será feita por técnicos da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura do Município, que terão poder de lavra o auto de infração, devendo nele constar a qualificação completa do infrator ou responsável, a data e o tipo de infração praticada. As autuações serão encaminhadas ao Ministério Público, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, para providências cabíveis.

A Lei exige ainda que os estabelecimentos sejam obrigados a fixar no seu interior uma placa com identificação legível, razão social, nome fantasia e com os dizeres informando que é expressamente proibida a comercialização, consumo e fornecimento, ainda que gratuitamente, de bebidas alcoólicas, cigarros e substâncias que causem dependência física e psíquica e por crianças e adolescentes.

Os valores recolhidos com as multas serão destinados ao Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em 30 de agosto de 2005.

  
**FERNANDO CARVALHO**  
Vereador - PFL